

O todo é igual a cada uma das partes

Revista Crítica de Ciências Sociais

N.º 52/53

Novembro 1998 / Fevereiro 1999

Este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais* sai a lume por altura do Congresso Comemorativo dos vinte anos da publicação da Revista. A pensar no tema do Congresso, vinte e dois investigadores do Centro de Estudos Sociais, que publica a Revista, tomaram a iniciativa de interpelar as suas áreas de investigação e identificar em cada uma delas as problemáticas que hoje melhor veiculam uma perspectiva crítica, sempre que possível com atenção ao que sobre elas se tem escrito entre nós e às pistas de investigação mais promissoras. Deste exercício resultou uma enorme variedade de temáticas e de ângulos de visão: a ciência, os saberes e a cidadania, os estudos literários e os estudos culturais, o espaço público urbano entre a mercantilização e a cidadania, a economia na articulação local/global, as relações laborais na encruzilhada dos direitos dos trabalhadores e da globalização, as classes e a mobilidade social, as mulheres e os paradoxos da desigualdade, a trajectória portuguesa das migrações internacionais, o poder local entre o clientelismo e a descentralização, o direito e a teoria democrática do direito, e, finalmente, os paradigmas rivais na análise das relações internacionais. A variedade dos ângulos de visão não é menor que a dos

temas. João Arriscado Nunes, num artigo de recorte epistemológico, defende que a renovação da teoria crítica passa pela superação da divisão entre cultura científica e cultura humanística e por uma articulação entre os saberes científicos e os não-científicos. A sociedade de risco em que vivemos, saturada de cultura tecnológica, cria novas exigências, tanto aos cientistas, como aos cidadãos, e cria sobretudo a exigência de pensar a ciência e a cidadania como dois nomes diferentes da mesma aspiração de emancipação social. Desta renovada reflexão epistemológica emerge um intelectual crítico de tipo novo, um articulador de saberes e de práticas culturais, capaz de criar plataformas onde cientistas e peritos, por um lado, e decisores políticos e «leigos», por outro, aprendem a respeitar-se e a enriquecer-se mutuamente na busca de soluções para problemas que nem uns nem outros, isoladamente, podem resolver.

As preocupações epistemológicas de António Sousa Ribeiro e Maria Irene Ramalho são muito convergentes com as de João Arriscado Nunes. Também eles defendem a superação da divisão entre as duas culturas, especificamente, entre os estudos literários ancorados na tradição humanística e os estudos culturais cuja matriz são as ciências sociais. Insurgem-se contra as tentativas por parte de qualquer deles no sentido de desconhecer ou absorver o outro, porque empobrecedores da realidade cultural do nosso tempo e das exigências que ela nos coloca. A inteligibilidade do mundo é hoje demasiado complexa para se poder deduzir de textos literários portadores de estatuto ontológico privilegiado, mas tão pouco se pode buscar na análise de contextos sociais e históricos que só nos devolvem, ilusoriamente, o mundo real depois de, eles próprios, se renderem à ilusão da indiferença a valores. O desafio é, pois, o de criar objetos de fronteira atentos aos textos e aos contextos, às falas e aos silêncios, transgressivos, pela sua vocação transdisciplinar e multicultural, das ortodoxias preguiçosas instaladas à sombra de cânones excludentes.

Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu centram-se, tal como António Sousa Ribeiro e Maria Irene Ramalho, no tema da cultura mas abordam-no de uma perspectiva diferente: as práticas culturais nos novos espaços públicos urbanos. Preocupados com o retraimento do espaço público na sociedade portuguesa, interrogam-

-se sobre as possibilidades de o redinamizar a partir da cultura. Para isso, partem de um conceito de espaço público diferente do de Habermas, mais amplo nas racionalidades que engloba, menos homogêneo e mais inclusivo nas culturas e nas práticas culturais a que dá acesso. Este espaço aberto produz-se e reproduz-se numa tensão permanente e de desfecho indeterminado entre a alienação do consumo e a participação cívica, entre a industrialização da cultura e a democratização da cultura, entre o poder regulador do mercado e apropriação identitária potencialmente emancipatória, entre a transcrição das desigualdades económicas e sociais nas segmentações culturais e as novas sociabilidades expressivas e transgressivas. Estas tensões abrem o campo de possibilidades e de riscos em que se joga hoje em dia o futuro e a qualidade da democracia.

Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu mostram que, com as indústrias da cultura, as fronteiras da economia se expandem dramaticamente, envolvendo práticas sociais de cultura e lazer que antes pareciam imunes à lógica de mercado. Com isto, é o próprio conceito de economia que se transforma e amplia. É esta precisamente a perspectiva privilegiada por José Reis, João Tolda e Lina Coelho para analisar a evolução das análises económicas nos últimos vinte anos. Para eles, a economia, longe de se confinar ao cânone neoclássico, é um conjunto de relações sociais, muitas vezes inscritas em territórios, e sempre traduzidas em instituições, organizações e conhecimentos. Observam como em Portugal, nos últimos vinte anos, a inteligibilidade dos processos económicos se foi transferindo, a pouco e pouco, da dicotomia rural/urbano para a dicotomia local/global. O modo como tal ocorreu tem a ver com a natureza semiperiférica da sociedade portuguesa – um tema caro aos investigadores do CES – e, portanto, com a heterogeneidade estrutural das lógicas de produção e de reprodução (capitalistas, pré-capitalistas, pós-capitalistas) que caracterizam os processos sociais e económicos no nosso país. Para entender esta heterogeneidade, é importante entender como se desenvolvem as articulações espaciais e os dinamismos locais. Ao arripio das análises convencionais da economia, os factores que os autores mais salientam são os factores cognitivos e os factores institucionais. A aprendizagem e a difusão de conhecimentos

e de paradigmas técnicos e organizacionais está na base da autonomia e da capacidade inovadora dos espaços locais. Advertem, porém, que a globalização – outro tema central da investigação realizada no CES nos últimos anos – está a minar as lógicas locais e, com isso, a territorialidade da economia como relação social. Pensam, no entanto, que os processos de desterritorialização não deixarão de revelar as diferenças entre os capitalismos nacionais.

Se a economia é uma relação social, o perfil desta é fundamental para entender a qualidade moral das sociedades contemporâneas. Designa-se por socialização da economia o processo através do qual os direitos e as aspirações dos trabalhadores e das suas famílias foram ganhando espaço no cálculo económico. É daqui que partem António Casimiro Ferreira e Hermes Costa para analisar os sistemas de relações laborais que têm dominado no nosso país e o modo como têm sido analisados pelos investigadores sociais. Atentos às especificidades da sociedade portuguesa, onde apenas nos últimos vinte e cinco anos se reconheceu a legitimidade democrática dos direitos e das reivindicações dos trabalhadores, procedem a uma minuciosa revisão da produção sociológica no nosso país. Avaliam-na e definem as linhas futuras de investigação em função do seu objectivo central: o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o mundo do trabalho. Central a este pensamento é a ideia de que a sociedade do nosso tempo não é apenas a sociedade do consumo e da comunicação, que a sociologia convencional da última década tanto privilegiou, mas é também uma sociedade de produção e, portanto, uma sociedade em que a luta pela dignidade do trabalho e pela qualidade de vida são parte integrante de um projecto emancipatório assente nos valores da solidariedade, da cidadania, da democracia e da justiça social. As relações de trabalho e, portanto, as relações sociais de produção são um dos mecanismos principais por via dos quais, nas sociedades capitalistas, se estruturam as classes sociais e se definem as trajectórias de mobilidade social. É este o tema do texto de Elísio Estanque e José Manuel Mendes. Começam por fazer um balanço crítico das análises das classes e da estratificação social que têm dominado entre nós, iniciadas com o trabalho pioneiro do Professor Adérito Sedas Nunes e da sua

equipa no final da década de sessenta. Desse balanço concluem, com perplexidade, pela existência de duas imagens contrastantes sobre a sociedade portuguesa, uma, mais optimista, que aponta para o reforço da mobilidade social e para a democratização social que ela implica, e outra, mais pessimista, para a qual a mobilidade social é ilusória e a redistribuição de riqueza quase nula. Contudo, maior perplexidade ainda lhes causa o «esquecimento» das mulheres e da diferença sexual nestas análises apesar da vertiginosa feminização da população activa e do ensino superior nos últimos vinte anos. Privilegiando-se dos trabalhos de investigação por eles realizados, os autores sugerem que a importância, maior ou menor, dada à diferença sexual na análise da mobilidade social explica em parte as imagens contrastadas quanto ao grau de abertura e equidade da estrutura social portuguesa. Segundo os autores, a consideração da diferença sexual serve de acicate para a renovação da teoria marxista das classes e das desigualdades sociais nas sociedades capitalistas, teoria cuja importância salientam na luta contra as análises descritivistas tão facilmente instrumentalizadas pelos poderes interessados em invisibilizar a persistência e até o agravamento da exclusão social.

As perplexidades de Elísio Estanque e José Manuel Mendes sobre a diferença sexual na sociedade portuguesa encontram eco e resposta no artigo de Virgínia Ferreira que incide, precisamente, sobre a situação das mulheres em Portugal nos últimos vinte e cinco anos. A estratégia analítica adoptada por Virgínia Ferreira – a identificação de paradoxos que resultam dos movimentos contraditórios de factores que afectam a situação das mulheres – permite-lhe, simultaneamente, captar a especificidade da sociedade portuguesa e situá-la no contexto europeu em que estamos inseridos. A Revolução do 25 de Abril é neste domínio um verdadeiro momento inaugural, já que é dele que parte a eliminação das discriminações jurídico-institucionais que durante séculos impenderam sobre as mulheres. Aqui reside o primeiro paradoxo: a discrepância entre um quadro legal igualitário e a persistência das práticas sociais discriminatórias. Deste paradoxo decorrem outros que conferem à sociedade portuguesa um desenho caleidoscópico onde imagens de impressionantes progressos na luta pela igualdade e

pela emancipação convivem com imagens da persistência de fenómenos de segregação e de discriminação aparentemente imunes aos sinais dos tempos. Assim, a elevada feminização do emprego e do ensino superior, a diminuta segregação sexual da estrutura do emprego, a antiguidade da feminização das profissões técnico-científicas convivem com ratios de remuneração discriminatórios, discriminação no emprego, baixíssima partilha das tarefas domésticas, diminuta participação na vida política. Segundo a autora, a nossa democracia permanecerá débil enquanto estes paradoxos não tiverem uma resolução progressista, que favoreça a emancipação das mulheres.

Num sistema mundial em que o incremento da globalização se traduz no agravamento das desigualdades geo-económicas, as diferenças de classe e de sexo analisadas nos artigos anteriores coexistem hoje com diferenças de nacionalidade e de etnia derivadas muitas vezes dos fluxos migratórios que constituem o movimento internacional do trabalho. As migrações internacionais de e para Portugal são o tema do artigo de Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis. Insurgindo-se contra o que designei por «imaginação do centro», ou seja, a tendência das elites políticas para deduzir da integração de Portugal na União Europeia a ideia de que a sociedade portuguesa deixou, com isso, de ser uma sociedade semiperiférica e passou a ser uma sociedade desenvolvida, a par dos países desenvolvidos da Europa, os autores mostram que Portugal não deixou de ser um país de emigração para passar a ser um país de imigração. Contra a cortina de fumo do discurso político, erguem uma minuciosa investigação empírica donde retiram a conclusão, consentânea com a hipótese da semiperiferia, de que Portugal é simultaneamente um país de emigração e de imigração, uma placa giratória que distribui e absorve mão-de-obra consoante os parâmetros do espaço político em que está inserido e as necessidades dos mercados de trabalho internacional e nacional. Recente na Europa do Sul é o fenómeno da imigração, tendo em Portugal um recorte específico que resulta da descolonização recente. Preocupante é que metade dos 3 milhões de imigrantes que habitam a região estejam em situação ilegal. Preocupante também é a segmentação étnica e classista das comunidades imigrantes e a discriminação que ela acarreta. Pre-

ocupante ainda é o facto de o Estado português, para dificultar a aquisição da nacionalidade portuguesa, ter alterado em 1981 a lei da nacionalidade, conferindo à sociedade portuguesa uma identidade étnica primordial, de sangue, susceptível de erguer barreiras étnicas, para além de fazer economia da solidariedade internacional que devia ser apanágio de uma sociedade que conhece bem o outro lado da desigualdade, a emigração.

A sociedade civil tece-se dos critérios de igualdade e de diferença que definem a comunidade de pertença e a participação democrática nas instituições e na política. O poder local afirmou-se no pós-25 de Abril como instância privilegiada da construção política da comunidade. As vicissitudes desta construção são o tema central do artigo de Fernando Ruivo e Daniel Francisco. A sua perspectiva analítica incide na avaliação da qualidade efectiva da democracia que a renovação do municipalismo tornou possível nos últimos vinte anos. Organizam a análise segundo dois eixos principais: as relações entre o poder local e o poder central; as relações entre os municípios e o poder local. Ainda que de modos diferentes, em ambos os eixos o que está em causa é a qualidade das relações políticas, as quais tanto podem ser potenciadoras da igualdade democrática, da participação cívica e da criação de novos espaços públicos, como podem ser o alimento privilegiado de novas privatizações do estado, caciquismos e prebendismos que aviltam a sociedade civil e a reduzem à condição de clientelas político-partidárias. As conclusões da análise de cada um dos eixos não são optimistas. Segundo os autores, a promessa de uma democracia local de alta intensidade tem sido frustrada, quer porque a separação e a autonomia recíprocas entre o poder local e o poder central se transformou num magma labiríntico onde o estado, incapaz de descentralização, insiste em converter direitos democráticos em favores e privilégios, quer porque a pessoalização excessiva do poder do Presidente da Câmara criou um cesarismo local, caricaturalmente simétrico com o cesarismo central.

O objecto do artigo de Stephen Stoer e Almerindo Janela Afonso é a instituição que, para muitos, é o mais fiel indicador da qualidade de vida democrática nas sociedades contemporâneas, a educação. Os autores analisam o percurso da sociologia da educação no nosso país desde o

25 de Abril de 1974 e procuram identificar nesse percurso as marcas de uma sociologia crítica. Partindo da caracterização da sociedade portuguesa como sociedade semiperiférica, passam em revista os grandes temas que construíram o perfil dos paradigmas analíticos em presença: a educação e a produção capitalista, a reprodução cultural e a mudança social, a diferença sexual, a alienação na escola, a profissionalização e novo vocacionismo, o insucesso escolar, a escola e a reprodução das desigualdades e da exclusão social. Central na análise dos autores é o conflito entre a globalização neoliberal – que despolitiza a educação e a põe ao serviço da racionalidade gerencialista e dos determinismos tecnocráticos transformados em ortodoxia pelo discurso pedagógico oficial – e a exigência democrática de repolitizar a educação e as reformas educativas de modo a transformar a escola num campo hermenêutico e numa prática social onde se desnaturaliza a alienação, o poder e a exclusão e se imaginam novas possibilidades emancipatórias de cidadania activa, autoridade partilhada e inclusão social.

A luta pela institucionalidade democrática é, no fundo, a luta pelo direito, não pelo direito entendido como andaime técnico que tanto sustenta anjos como monstros, mas pelo direito que incorpora e torna concretizáveis os valores da liberdade, da igualdade, da autonomia, da solidariedade, da subjectividade e da justiça social. É esta última concepção a que preside ao artigo de António Casimiro Ferreira e João Pedroso, que percorre os caminhos da sociologia do direito, tanto no estrangeiro, como em Portugal. Os autores partem de uma questão que para eles é central – a discrepância entre o direito formalmente em vigor e as práticas sociais que, por cumplicidades múltiplas do Estado e da sociedade, o violam impunemente – porque é nela que se jogam as pequenas e as grandes traições às justas aspirações democráticas dos cidadãos. Tal discrepância é particularmente aguda na sociedade portuguesa e da sua evolução depende a qualidade efectiva da democracia que nos caberá viver. Por isso, os autores dão particular atenção aos temas mais sujeitos às vicissitudes das ilegalidades toleradas por uma razão cínica que não vê razão nem remédio para a negação de um efectivo direito aos direitos: as relações entre o Estado e o direito, o pluralismo jurídico e os

meios alternativos de resolução dos litígios, os direitos humanos, o acesso ao direito, a administração da justiça e a formação dos magistrados.

Em época de globalizações um dos dilemas da institucionalidade democrática é que ela não pode ser construída consistentemente a nível local e nacional se o não for também a nível global. É na perspectiva da democracia global que se coloca o artigo de José Manuel Pureza com que concluímos este número. O autor começa por explicar a pobreza das teorias de relações internacionais em Portugal que, tendo a sustentá-la factores específicos, é parte pequena de uma pobreza bem maior, internacional, decorrente do peso asfixiante do paradigma realista e neo-realista nos estudos das relações internacionais. O autor procede a uma crítica desapiedada deste paradigma para, a partir dela, abrir o caminho para uma teoria crítica das relações internacionais, uma teoria que descentre os dois protagonistas do realismo – o diplomata e o soldado – e abra caminhos para a intervenção de outros actores internacionais capazes de recuperar o ideal emancipatório e transformador da modernidade por via da criação de condições para relações e comunicações internacionais menos autoritárias e mais igualitárias.

13

Que une todos estes textos, estes temas e estas perspectivas analíticas? Aparentemente, muito pouco ou mesmo nada. Obviamente, não os une a filiação numa grande teoria que benevolamente a todos envolva e cubra, tolerando diferenças e castigando transgressões. Ao contrário, estes artigos parecem habitados por uma vocação trânsfuga ansiosa de ar puro. No entanto, numa reflexão mais profunda, como diria Hegel, a liberdade e a criatividade destas análises parecem estar ancoradas em raízes que bebem nas mesmas águas subterrâneas. Sem construir uma totalidade, as preocupações centrais das diferentes análises constituem um mosaico de aspirações e linguagens mutuamente inteligíveis, se não segundo códigos linguísticos impecáveis, pelo menos em crioulos de rua e terra batida: a centralidade da reflexão epistemológica; as novas relações entre as práticas dos saberes científicos, culturais e literários, por um lado, e as novas exigências e interpelações da cidadania

em sociedades de risco e de riscos desigualmente distribuídos, por outro; a criação de novos espaços públicos de convivência democrática e participação cidadã; a socialização da economia em luta contra a globalização neoliberal e pela dignidade do trabalho e a qualidade de vida; a necessidade de construir percursos analíticos suficientemente ágeis para envolver os espaços-tempo locais, nacionais e globais; a atenção à produção e reprodução das desigualdades sociais, de classe, de sexo, de etnia, etc.; as especificidades semiperiféricas da sociedade portuguesa sem perder de vista o contexto europeu e global, de modo a que as teorias que perfilhamos teorizem a nossa realidade e não a dos outros; o poder local, a educação e o direito à efectividade dos direitos como instâncias e instituições onde se joga e calibra a intensidade, alta ou baixa, da nossa democracia; a libertação da solidariedade e da democracia dos formatos nacionalistas, estendendo-as à sociedade global, aqui tão perto.

Se houver um todo entre todos estes temas e anseios, ele será certamente igual a cada uma das partes. O crioulo que lhes permite entenderem-se reside afinal numa ideia simples: não nos podemos limitar a imaginar o que nos imagina. Para isso, é preciso ver nos olhos que nos olham o que eles não vêem, a realidade incompleta das utopias reais. Serão estes os caminhos da nova teoria crítica?

Boaventura de Sousa Santos